
PATERNIDADE EM FAMÍLIAS DE CAMADAS MÉDIAS
PATERNITY IN MIDDLE CLASS FAMILIES

Geraldo Romanelli*

RESUMO

Estudos sobre a relação entre pais e filhos mostram a relevância da mãe nos cuidados com a prole e com sua socialização, enquanto a presença do genitor no exercício dessas tarefas tem sido pouco discutida. Este trabalho toma como referência dados etnográficos, para analisar a construção cultural da paternidade e investigar alguns aspectos das relações entre o pai e os filhos do sexo masculino em dez famílias de camadas médias de Ribeirão Preto-SP. Os dados coletados mediante a realização de 38 entrevistas, com dez pais, dez mães e 18 filhos indicam que tanto o pai e a mãe quanto os filhos apontam certas mudanças no relacionamento destes com o genitor. Entre elas, registra-se a maior proximidade do pai em relação à prole, embora ele continue a ser fonte de autoridade doméstica e incentive a construção de identidade de gênero diversa para filhos e filhas.

PALAVRAS-CHAVE

Paternidade; filhos; família de camadas médias; socialização; maternagem.

INTRODUÇÃO

A reprodução da família em sentido amplo, englobando a reprodução biológica e, sobretudo, a reprodução social, coloca em pauta as relações entre pais e filhos e, conseqüentemente, o processo socializador realizado no âmbito da unidade doméstica. Apesar de grande parte desse processo ter passado a cargo de outras agências, públicas ou privadas, como creches e escolas (LASCH, 1991), ainda assim a ação da família continua a ser importante na transmissão de princípios ordenadores da conduta que, em grande parte, estão incrustados em aspectos subjetivos, inclusive no que diz respeito à constituição da identidade de gênero.

Estudos sobre a relação entre pais e filhos têm mostrado a relevância da mãe nos cuidados com a prole e com sua socialização, isto é, na maternagem, mas não têm atribuído a mesma atenção à

paternagem. Essa defasagem é comentada por Laqueur (1992), que compara o avanço de reflexões sobre a condição das mulheres, da maternidade e da maternagem, desenvolvidas por diversas correntes feministas, com o menor número de estudos acerca da masculinidade e da paternidade.

Apesar disso, estudos sobre masculinidade e paternidade, entre os quais os de Bilac (1999); Bilac, Muszkat e Oliveira (Comunicação verbal); Nolasco (1995); Fonseca (1998), Muszkat (1998); Ramires (1997) e Silveira (1998), têm se dedicado a questionar a condição masculina e o exercício da paternidade na sociedade brasileira.

Esses estudos indicam que a relação entre o genitor e a prole vem sofrendo alterações que são acompanhadas por outras, referentes à posição da mãe no interior da família e na esfera pública, afetando a maternagem. Considerando-se a emergência dessas mudanças, este trabalho discute algumas questões sobre os vínculos que envolvem o genitor e os filhos, analisando-os em contraponto com aqueles existentes entre a mãe e a prole.

Para isso, inicialmente a paternidade é apresentada, de modo sintético, em sua dimensão mais geral, tendo como referência dados etnográficos de diferentes sociedades. Em seguida, a partir de material de pesquisa, procura-se examinar algumas dimensões da relação entre pais e filhos em famílias de um segmento das camadas médias de Ribeirão Preto, cidade do interior paulista com 504.923 habitantes – segundo dados de 2002 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2002) –, importante pólo de serviços e da agroindústria da região nordeste do estado de São Paulo.

A CONSTRUÇÃO CULTURAL DA PATERNIDADE

Uma das contribuições dos estudos antropológicos sobre família foi demonstrar o caráter não-natural da instituição doméstica que, mais do que qualquer outra, repousa em fundamentos biológicos vinculados à reprodução e ao aleitamento. Contudo, a dimensão biológica é elaborada culturalmente em todas as sociedades humanas e adquire significado mediante a construção de normas e modelos que passam a orientar o conjunto das relações familiares, inclusive na expressão de vínculos afetivos do par conjugal e entre esse e os filhos.

Embora os cuidados e a socialização dos filhos resultem de elaborações culturais, fundadas em parte nos aspectos biológicos da maternidade, o exame de dados etnográficos apresentados adiante mostra que, predominantemente, esses encargos constituem atribuição materna ou de mulheres. Certamente, os pais podem ocupar-se da prole, mas essa participação é secundária, a não ser em situações específicas que, no presente, tendem a se ampliar.

A análise das modalidades de relacionamento entre pais e filhos demanda o exame dos vínculos constitutivos da instituição doméstica. A família funda-se na criação de laços de aliança entre um homem e uma mulher, de descendência que unem os pais aos filhos e de consangüinidade, estabelecidos entre irmãos (DURHAM, 1983). Assim como os laços de aliança são instituídos a partir de ordenações culturais, as relações entre pais e filhos também são construídas do mesmo modo, sobrepondo-se ao aspecto biológico do processo reprodutivo. De fato, enquanto o vínculo biológico mãe/filho é, ao menos supostamente, claro e direto, o mesmo não ocorre com a paternidade, sempre mediada pela maternidade.

Para se avaliar melhor a dimensão cultural da paternidade, pode-se apreendê-la mediante a utilização de dados etnográficos. Desde os estudos de Malinowski (1955; 1970) sobre a sociedade trobriandesa, sabe-se que a relação pai/filhos é orientada a partir de um conjunto de representações e de regras culturais. Nas representações dos trobriandeses, a fecundação resulta da penetração, no corpo da futura mãe, do espírito de um antepassado pertencente ao clã materno. Verdadeira ou não – já que essa interpretação de Malinowski vem sendo submetida a uma revisão (DELANEY, 1986; LEACH,

1971) – essa crença leva os trobriandeses a construírem um bloqueio no Édipo, deslocando para o tio materno os sentimentos ambivalentes dos filhos em relação ao pai, o que também é documentado entre os gurmantchês do Alto Volta (PARSEVAL, 1986).

Que a paternidade é fato cultural, pode ser documentado pela separação que certas sociedades primitivas, como os nayar, fazem entre pai biológico, ou “genitor”, responsável pela fecundação de uma mulher, e pai social, ou “pater”, aquele que assume social e legalmente a paternidade de uma criança (LÉVI-STRAUSS, 1986).

Outro exemplo da construção cultural da paternidade ocorre entre os nuer e os zulu (EVANS-PRITCHARD, 1970; GLUCKMAN, 1970; RADCLIFFE-BROWN, 1970). Nessas sociedades, uma mulher assume simbolicamente o papel de um irmão que faleceu sem ter deixado filhos e casa-se socialmente com outra mulher, a fim de, indiretamente, gerar descendentes para dar continuidade à linhagem do irmão. Esse casamento não constitui empecilho para a mulher que ocupa o lugar simbólico do irmão ter um parceiro sexual, que não é socialmente seu marido e com quem terá filhos. Assim, o irmão falecido torna-se “pater” dos filhos gerados por sua irmã com um parceiro, que é de fato o pai biológico ou “genitor” desses filhos. A paternidade perde a aparência naturalizada e é desvinculada da reprodução biológica, pois a relação de descendência entre um homem e seus filhos pode ser artificialmente criada pela elaboração cultural que define vínculos sociais entre o “pater” e seus descendentes.

Por sua vez, o período de gestação de um novo ser humano é vivido em algumas sociedades primitivas como processo que também demanda a prática de determinadas condutas por parte do futuro pai. Entre elas, encontram-se tabus alimentares e comportamentais que devem ser observados para assegurar a boa formação do feto. Embora com características distintas, em um segmento das camadas médias brasileiras, o período de gestação é acompanhado pela participação e pelo envolvimento emocional do futuro pai (SALEM, 1989).

O mesmo envolvimento paterno é encontrado em algumas sociedades primitivas durante o período de “*couvade*” quando, após o parto, o “pater” deve seguir prescrições de resguardo que incluem a proibição de ingerir certos alimentos, de executar determinadas tarefas e de manter relações sexuais (PARSEVAL, 1986). Presentes no material etnográfico, essas normas documentam a riqueza e diversidade da construção cultural da paternidade, que se sobrepõe a seu aspecto biológico, modificando-o, sem jamais eliminá-lo.

No presente, cada vez mais o suporte natural da maternidade e da paternidade é encapsulado pelo avanço de tecnologias reprodutivas – vale dizer, da interferência da cultura na esfera biológica – que asseguram soluções para casos de infertilidade. Em algumas situações, homens estéreis podem ter descendentes através da inseminação artificial, com sêmen de doador anônimo, o que faz com que esses homens não sejam o “genitor”, mas o “pater” de filhos social e legalmente reconhecidos por eles. Do lado do doador anônimo, um homem torna-se “genitor” de filhos que ele não conhecerá, apesar de serem seus descendentes biológicos, e dos quais não será o “pater”.

Por sua vez, se ainda hoje a dificuldade em determinar a paternidade biológica tende a fundamentar o adágio bastante conhecido “*pater semper incertus, sed mater est certissima*”, o avanço do conhecimento científico permite conhecer quem é o “genitor” de determinado filho.

Afora isso, antes do avanço de técnicas contraceptivas eficazes, o controle da procriação ficava quase totalmente na dependência da vontade do homem, que era quem tinha o poder de fazer filhos. Atualmente, a decisão quanto à reprodução cabe fundamentalmente à mulher, já que os modernos métodos de anticoncepção são por ela utilizados e controlados (SULLEROT, 1992). Sem dúvida,

tal mudança tem efeitos significativos na vida conjugal e na produção de filhos tanto para homens quanto para mulheres.

A CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE DE GÊNERO

O amor materno já foi amplamente discutido por diferentes autores (ARIÈS, 1981; BADINTER, 1985; CHODOROW, 1979; ELIAS, 1998), mostrando que se trata de uma elaboração cultural – e não de um instinto natural – construída em torno da naturalização tanto da maternidade quanto de atributos femininos.

A dimensão social da paternidade e da maternidade pode ser mais bem apreendida com a inclusão da análise psicológica, como propõe Badinter (1993), no processo socializador e na construção da identidade de gênero. Nesse sentido, o trabalho de Chodorow (1979) e a retomada de sua discussão por Gilligan (s.d.) são bastante esclarecedores.

Chodorow (1979) analisa como a identidade de gênero, formada nos primeiros três anos de vida, é constituída pela relação, culturalmente prescrita e socialmente vivida, que os filhos de cada gênero mantêm com a pessoa do sexo feminino – a principal responsável por seus cuidados e que, em geral, é a própria mãe.

Nessas circunstâncias, as mães sentem-se mais próximas das filhas e essas tendem a se perceber femininas como suas genitoras, integrando essa proximidade e identificação à formação da identidade de gênero. Para as meninas, o vínculo com a mãe gera apego e relacionamento íntimo com ela, trazendo como resultado uma dificuldade no processo de individuação, mas facilitando a empatia e a sensibilidade para a convivência social e, sobretudo, para assumir os cuidados com o outro. Assim, “o lugar das mulheres na vida dos homens tem sido aquele de alimentadora, cuidadora e companheira, a tecelã daquelas redes de relacionamento nas quais ela por sua vez confia” (GILLIGAN, s.d, p. 27).

Já os filhos do sexo masculino, vivenciados pelas mães como seu contrário, separam-se delas, o que acarreta para eles o início do processo de individuação e separação. Conseqüentemente, os homens têm dificuldade para viver relacionamentos fundados na intimidade, mas encontram maior facilidade para incorporar a individuação e a separação, atributos indispensáveis para enfrentarem diferentes formas de competição presentes no cotidiano.

Em função do processo social de construção da identidade de gênero, homens e mulheres assimilam orientações diferenciadas para viver suas identidades, pois as meninas são direcionadas para cuidados com os outros e para tecer relacionamentos, o que realimenta, indevidamente, o mito do amor materno.

Na sociedade brasileira, a participação feminina, sobretudo materna, é essencial na preservação das relações de parentesco (DURHAM, 1973; FAUSTO NETO, 1982) – em especial com os consangüíneos da mãe (FONSECA, 1987) –, que podem ser acionadas para se enfrentar situações de crise.

Outra forma de criação de laços de solidariedade entre mulheres é a tendência a agregar e incorporar o marido à família da esposa, em função da proximidade mãe/filha e da separação mãe/filho. Essa forma de incorporação pode ser aproximada do princípio de uxorilocalidade, presente em algumas sociedades primitivas, segundo o qual o marido passa a residir no local onde a esposa morava com seus parentes consangüíneos antes do casamento (FOX, 1974). O distanciamento espacial do marido em relação à sua família de origem tende a afastá-lo socialmente dela e a aproximá-lo da parentela da esposa, reduzindo, mas não eliminando totalmente, os vínculos afetivos ou de solidariedade com seus consangüíneos.

Todas essas modalidades de proximidade e de intimidade tendem a convergir para a posição ocupada pela mãe, gerando uma configuração matricentrada, já que ela enfeixa e mobiliza um conjunto de relações de parentesco envolvendo consangüíneos e, inclusive, os afins destes (ARAGÃO, 1983). Conseqüentemente, o espaço doméstico, centralizado na figura materna, tem imensa influência na determinação da conduta, na identidade de gênero e nas representações sobre gênero.

Essas formas de proximidade podem contribuir para dificultar a aproximação entre o pai e seus filhos. Dados de uma pesquisa realizada na França, em 1985, mostram que, enquanto a mãe passava 42 minutos por dia com os filhos, o pai dedicava-lhes apenas seis minutos. Nos Estados Unidos, entre famílias que se consideravam igualitárias na relação conjugal e nos vínculos com a prole, o envolvimento médio do pai e da mãe com os filhos era, respectivamente, de 35% e 65% (BADINTER, 1993).

Todavia, esses indicadores quantitativos referentes a pesquisas sobre emprego de tempo necessitam ser confrontados com dados qualitativos, muitas vezes difíceis de ser captados, pois deixam de lado a observação do modo de relacionamento do pai com os filhos durante as refeições, em atividades de lazer e em outros momentos nos quais ele pode expressar formas específicas de afetividade (SINGLY, 1996). Embora assuma caráter distinto da convivência entre a mãe e os filhos, nem por isso a afetividade paterna é inexistente, nem deixa de ser importante no interior das relações familiares. A expressão dessa afetividade parece estar mais direcionada para o êxito dos filhos na esfera pública, em particular dos varões, pois os pais almejam que eles tenham sucesso profissional.

Essa orientação paterna está relacionada à reprodução social da família e à “perpetuação da linhagem e de sua herança” a fim de dar continuidade àquele “que, em nossas sociedades, encarna a linhagem, ou seja, o pai...”. Para isso, é necessário “distinguir-se dele [do pai], superá-lo e, em certo sentido, negá-lo” (BOURDIEU, 1999, p. 231).

O estímulo que o genitor oferece aos filhos para ultrapassarem a posição social que ele alcançou envolve doação de afeto e inclui o exercício do poder paterno, o que ocorre em meio a tensões e conflitos. O significado afetivo que os filhos assumem para o pai (SALEM, 1980), e que se manifesta em esforços voltados para incentivar a ascensão social e profissional deles (e mesmo para superar o genitor), é muito bem documentado na análise de Elias (1995) sobre a relação entre Mozart e seu pai. Embora a relação entre ambos não tenha sido harmoniosa, o pai de Mozart foi responsável por toda sua educação, inclusive musical. A orientação do genitor, músico de talento médio que incorporara princípios do Iluminismo, sempre esteve dirigida para que o filho o ultrapassasse em suas realizações musicais. Com três anos, Mozart foi iniciado pelo pai no estudo do piano. Entre pai e filho criou-se uma ligação amorosa intensa e cada conquista musical de Mozart “era recompensada com um grande prêmio em termos de afeto” (ELIAS, 1995, p. 60), o que, sem dúvida, contribuiu para seu desenvolvimento musical.

Se a família é espaço privilegiado de vivência de afetos, que incluem relacionamentos íntimos, a expressão de emoções e sentimentos permanece subordinada à identidade de gênero de cada um dos componentes, o que tende a dificultar a expressão da afetividade paterna.

ALTERNÂNCIAS E CONTINUIDADES NA PATERNIDADE

Os dados de uma pesquisa realizada com dez famílias de um segmento de camadas médias, residentes em um bairro de Ribeirão Preto, situam algumas questões acerca da paternidade. Eles foram coletados mediante a realização de 38 entrevistas com dez pais e dez mães de cada família, na faixa etária de 39 a 55 anos, e com 18 filhos solteiros entre 15 e 25 anos. Oito pais são assalariados do setor de serviços e dois são proprietários de pequenos negócios. Três mães integram o setor de serviços,

como assalariadas, três trabalham em casa (uma é professora de música, a outra é costureira e a terceira auxilia o marido, proprietário de um bar instalado na própria moradia), uma é proprietária de uma loja e as três últimas são donas de casa. Quanto à escolaridade, oito pais concluíram o Ensino Fundamental e dois têm diploma de curso superior, conquistado após o casamento e quando já tinham filhos. Seis mães iniciaram e não completaram o Ensino Fundamental e quatro atingiram o Ensino Médio. Os filhos cursam o Ensino Médio ou Superior e apenas dois deles exercem atividade remunerada no setor de serviços.

A análise dos dados obtidos na pesquisa funda-se na literatura sobre o tema e procura investigar o modo como os pais – sobretudo os genitores – relacionam-se com os filhos, considerando que as modalidades de relacionamento são distintas conforme o gênero de cada um dos filhos. Através do exame dos dados obtidos, procura-se analisar como o relacionamento pais/filhos – principalmente do genitor com a prole – em parte mantém certa continuidade com modelos anteriores e, em parte, sofre alterações.

Os pais são originários de famílias com escassos recursos financeiros, o que é documentado pela idade precoce de início no mercado de trabalho, na maioria, em torno de dez anos.

As esposas têm origem social semelhante à dos maridos e sete delas começaram a trabalhar entre 11 e 15 anos, duas ingressaram no mercado de trabalho com 18 e 21 anos, e uma terceira não teve atividade remunerada antes do casamento.

Um aspecto fundamental que deve ser ressaltado refere-se à socialização dos filhos, a respeito da qual há unanimidade nessas famílias. Todos (pais, mães e filhos) afirmam que essa tarefa coube total, ou primordialmente, à mãe, como elucida o depoimento de um pai:

O pai é elemento de choque. Quando alguma coisa não funciona, o filho chama o pai. Já a mãe é para contornar a situação. Quando vejo que a coisa não está certa, falo com ela. Aperto a mãe. Ela é mais chegada aos filhos, é mais fácil para a mãe manter conversação. Pode até acontecer de um filho ser mais caído pelo pai. Pode até ser amigo do pai, mas a mãe é a irmã mais nova.

Os relatos maternos caminham no mesmo sentido:

Eu acompanhava reunião da escola [dos filhos]. A responsabilidade era minha, porque meu marido começou a viajar e eu ficava só durante a semana. Os filhos me procuram mais. Se acho que [os problemas trazidos pelos filhos] têm importância, participo ao pai; se acho que não têm importância, não falo. Mas ele fica sempre sabendo.

As posturas exemplificadas nas falas acima transcritas colocam o pai como árbitro das atividades dos filhos e a mãe como mediadora entre eles. Repõe-se, desse modo, a representação do pai como o principal responsável pelo controle e pela vigilância da conduta dos filhos, o que contribui para reforçar o distanciamento entre ambos. Nessas representações, o pai deve ser aquele que, não sendo “autoritário, marca as fronteiras entre o privado e o público, entre o permitido e o proibido. Ele deve ser ele mesmo e, ao mesmo tempo, representar certos limites, certas fronteiras” (SINGLY, 1996, p. 19).

Se pais e mães estão de acordo quanto à divisão sexual da tarefa socializadora, o modo como a desempenham está associado ao gênero de cada um deles e dos filhos, embora o conjunto dos casais entrevistados seja unânime em afirmar que a orientação oferecida à prole foi a mesma, independentemente do gênero dos filhos. Com efeito, a ênfase no tratamento igualitário não é totalmente inverídica, pois o que está subjacente a essas declarações é o empenho dos pais em tornarem público que não privilegiaram os filhos em função do gênero ou de outros fatores. Exemplo dessa postura é a fala de um pai: “Os filhos têm maior proximidade com a mãe. Mas [essa proximidade]

parte dos filhos. Aqui há equidade no tratamento para os dois [filho e filha].” O teor desta declaração é semelhante ao discurso de uma mãe: “Olha, foi a mesma coisa. Dei a mesma educação para os dois [filho e filha].”

Os filhos, no entanto, apontam a diferença ocorrida no processo socializador, em especial quanto à atuação do pai que se concretiza no controle exercido sobre suas atividades. Mas são as filhas quem mais denunciam a diferença na socialização, pois sentem que foram mais controladas e desfrutaram de menor autonomia do que seus irmãos, como afirma uma delas: “Acho que recebi educação diferente de meus irmãos; nunca tive liberdade.”

Mas além da socialização diferencial de acordo com o gênero dos filhos, as formas de controle do genitor também são diversas. Embora haja tendência de maior vigilância sobre as filhas, especialmente sobre seu comportamento sexual, alguns genitores preocupam-se mais com os filhos e procuram controlá-los, justamente por desfrutarem de maior liberdade de ação. É o que se depreende da fala de um pai: “Homem dá mais trabalho. Filha sempre ficou mais com a mãe, obedece mais. A gente dá horário, chega no horário. Filho é mais difícil, mais desgarrado.” O comentário se repete no relato de outro: “Mulher é mais dócil de criar. Já homem é de instinto mais agressivo.”

Está presente nessas falas um conjunto de representações que naturalizam determinados atributos femininos e masculinos, mas que foram progressivamente construídos no relacionamento familiar – além da atuação de outros agentes socializadores – para compor a identidade de gênero dos filhos.

As características que o genitor percebe como difíceis de domesticar, como o “instinto mais agressivo” e o fato de serem mais “desgarrados”, correspondem ao movimento de individuação dos filhos do sexo masculino e constituem aspectos essenciais para a construção de sua identidade de gênero, que deve obedecer os padrões vigentes de masculinidade.

Além disso, alguns pais revelam maior preocupação com a segurança dos filhos, o que é condizente com formas de conduta relacionadas à busca de autonomia e que tornam adolescentes e jovens do sexo masculino mais expostos a situações de risco, envolvendo mortes violentas e acidentes com veículos automotores (SEADE, 1988).

Do conjunto dos relatos filiais, depreende-se que, enquanto a figura materna é associada à intimidade e à livre expressão de afeto, emoções, temores e dúvidas, o genitor é identificado como alguém distante, com quem a intimidade é difícil, senão impossível. Para justificar essa avaliação, os filhos dizem que o pai permanecia muito tempo fora de casa, como ocorre com um deles, cujo pai trabalhava em outra cidade.

Porém, nenhum dos filhos cujas mães trabalham fora denuncia a falta de tempo delas. Logo, as queixas dos filhos referem-se menos ao tempo que o pai passa com eles do que ao distanciamento em relação a ele e à dificuldade de relacionamento, como sugere Singly (1996).

O que parece ocorrer é que, desde o início do processo socializador, as mães assumiram a postura de doadora de afeto, encarnando os atributos do que é qualificado como próprio da maternidade e do universo feminino, enquanto o pai incorporou características do que é considerado o modelo adequado de masculinidade. Assim, ele incentiva, mesmo sem perceber, a individuação e a separação dos filhos, enquanto procura manter o controle sobre as filhas.

Não obstante, filhos e filhas têm valor afetivo para o genitor. Como tal, devem ser amados, mesmo que não seja incondicionalmente. Tal postura transparece nas falas paternas, embora nem sempre de modo claro e direto, e apesar de muitas vezes não se concretizar em atos que possam ser qualificados como afetuosos.

Com isso, é necessário deixar claro que o amor do pai pelos filhos, expresso diferencialmente de acordo com o gênero deles, manifesta-se no desejo de que eles tenham bem-estar e, sobretudo no caso dos varões, que alcancem sucesso profissional. É bastante sugestivo que as falas do pai deixem de mencionar expectativas quanto à futura vida afetiva dos filhos do sexo masculino, vale dizer, ao casamento e à constituição da família.

Apesar da ênfase na atuação materna, o teor dos depoimentos revela que o pai não é omissor na orientação dos filhos, mesmo que seja para dar a palavra final ou orientá-los de modo indireto, através daquilo que estes chamam de “exemplo do pai”, como relata um filho: “Meu pai é meio fechado. Mas ele sempre deu exemplo pra gente: estudar, ser honesto, trabalhador.” O exemplo paterno nem sempre é materializado de forma direta, mas se expressa na sua história de vida, transmitida aos filhos em diversas circunstâncias, e na história que se desenrola no presente, com percalços e dificuldades inerentes ao cotidiano.

Aspecto fundamental no relato dos pais é a sua relação com o trabalho, um elemento constante e que assume importância crucial para compor sua biografia e sua identidade de trabalhador. Os genitores narram com minúcia e com grande interesse a história de seu ingresso no mercado de trabalho, de seus empregos, das dificuldades enfrentadas e também das conquistas referentes à ascensão na empresa, ao sucesso financeiro e à valorização profissional. Mas todos esses sucessos individuais só adquirem sentido quando se reportam, simultaneamente, à própria história da família.

Nas entrevistas, essa história vai se compondo aos poucos e os homens procuram mostrar também sua face de provedor, sempre preocupados com o bem-estar da esposa e dos filhos. De fato, o relato de suas histórias ocupacionais constitui um *leitmotiv* que atravessa, ou antes, articula o conjunto de seus depoimentos.

Muitos desses homens não deixam de tecer elogios explícitos à imensa importância que as esposas tiveram na construção da mobilidade social da família, seja contribuindo financeiramente para as despesas coletivas, seja mediante a execução de afazeres domésticos, ou ainda apoiando-os quando necessário. No entanto, em oposição a essa biografia “coletivamente” construída, a história ocupacional, embora partilhada e incorporando a orientação e o apoio da esposa, é concebida como tarefa exclusiva do pai, que ele vive e enfrenta “individualmente”.

Ora, tal vivência no plano das representações acerca das relações de trabalho reforça uma postura de realização congruente com o modelo hegemônico de masculinidade, que, em algumas falas, convive com valores atualmente considerados arcaicos (honestidade, honra, probidade etc.), como consta do depoimento de um pai:

Sou uma pessoa honesta. Todo mundo quer fazer biscate. Eu trabalhava no almoxarifado e o material saía de lá. Eu não queria ficar dando material. Queria sair do almoxarifado. Então me deram duas opções: ficar lá ou ser rebaixado para um serviço mais difícil. Eu estava cansado. Fui até o banheiro e peguei um cavaco de rebarba, fui esticando, e aí voltou e levou um pedaço do meu dedo. Foi quando fiquei no seguro. Quando voltei, me puseram na ajustagem, que era meu ofício. Daí fui me esforçando. Fui crescendo, passei por vários estágios, ferramenteiro, ajustador, voltei para a estamperia, como profissional, fui montador, modelador. Até que fui convidado para trabalhar na área de Projetos, que seria para mim a parte mais alta que uma pessoa com o quarto ano [do antigo primário] podia galgar numa firma. [...] Eu era assessor de engenharia. Fazia protótipos de aparelhos que saíam de lá.

A história desse pai reproduz, em linhas gerais, a trajetória pessoal e profissional de outros genitores. O trabalho precoce, em atividades que não exigiam qualificação, preparava e encaminhava o sujeito para tornar-se profissional com certa qualificação que possibilitava relativa ascensão social,

comparativamente com as condições da família de origem. Mas, acima de tudo, subjacente aos depoimentos, encontra-se o orgulho de ser trabalhador, de ter vencido etapas da vida através da competência e do esforço individuais, como assalariado ou como trabalhador autônomo.

O exame da biografia dos pais revela o apego a um modelo de família monolítica (THORNE, 1992), cujas características básicas são pai provedor e mãe dedicada à maternagem e aos cuidados com o marido. No caso dos pais estudados, a condição de provedor situa-se muito mais na esfera das representações e no exercício da autoridade, derivada dessa representação, do que no fato de o marido/pai ser o único provedor das necessidades domésticas, pois essa situação ocorre somente em três famílias. Em outras sete famílias, as mães exercem atividade remunerada e, por conseguinte, não se dedicam apenas aos cuidados com filhos e marido, mas ainda assim se auto-avaliam como as maiores responsáveis por essas atribuições, o que significa que elas também endossam o modelo monolítico de família, fundado numa divisão sexual de trabalho convencional.

Por sua vez, Collier (1995) argumenta que o fato de ser trabalhador e homem casado assume um lugar central na identidade e subjetividade masculina. Essas características correspondem ao que esse autor denomina “homem de família”, modelo que pode ser aproximado da experiência dos pais entrevistados. É justamente esse modelo de homem de família que os genitores procuram transmitir a seus filhos, o que tende a reforçar a representação e a ordenação das relações domésticas segundo os padrões da família monolítica.

Já a biografia das mães apresenta elementos distintos daqueles que compõem a história dos genitores. Embora muitas delas tenham se iniciado precocemente no mercado de trabalho, na maior parte das vezes no setor informal, suas falas remetem muito mais ao domínio do privado. Suas histórias pessoais encontram um nexo articulador nos afazeres domésticos, nos cuidados e na socialização dos filhos e, sobretudo, na construção de uma vida familiar coletiva, como elucida o depoimento de uma das mães:

Meu marido sempre foi bom filho, bom esposo, bom pai. Se o casal entra em atrito, os filhos participam. Nós [o casal] nunca discutimos, nunca brigamos. Eu fiz com que meus filhos gostassem do lar, da casa deles. O principal é saber que, se o casal está em atrito, entram os filhos também. Aqui, nunca houve isso. Se um tem dinheiro passa para o outro, entendeu? É porque somos muito unidos. Eu consegui fazer essa união. Lutei muito por isso.

Talvez esse discurso materno represente um caso extremado de desejo de construir a família ideal, harmoniosa e unida em todas as circunstâncias, que só existe no plano das aspirações. Mais ainda, a fala dessa mãe explicita o imenso orgulho em ter conseguido, segundo ela, concretizar uma tarefa árdua, porém extremamente edificante e digna. O importante a ressaltar é que esse processo constitutivo da domesticidade é uma função levada a cabo com muito esforço e empenho e carregada de sentimentos e emoções.

Como se depreende dos relatos, história ocupacional e história doméstica estão fundadas na experiência e na memória de homens e mulheres, configurando-se como modalidades diversas de construção da história pessoal e familiar. Para os maridos, o universo do trabalho, como elemento articulador de sua memória e de sua biografia, estrutura-se em valores individualistas, dos quais a intimidade e a igualdade estão ausentes. No que se refere às esposas, valores e representações referidos à dimensão da coletividade, do conjunto da família, são acionados e mobilizados numa teia de relações de intimidade, de negociações sutis, de pequenas barganhas e de muito empenho para recompor, cotidianamente, um universo “coletivo”, mesmo que, em grande parte dos casos, os resultados estejam distantes do modelo idealizado.

Não se pode deixar de mencionar que os relatos dos genitores acerca de suas histórias ocupacionais são, acima de tudo, impregnados de orgulho pelas realizações alcançadas e pelo exemplo deixado para os filhos. Esse exemplo é sua história de vida ancorada no trabalho e no esforço individual, que corresponde à ética de provedor (ZALUAR, 1985) e que reforça a identidade de gênero masculina fundada na individuação e na separação.

Quando se examinam os depoimentos desses casais a respeito do vínculo conjugal, surgem algumas evidências de mudanças nesse relacionamento, que tende a tornar-se menos hierarquizado. Ao mesmo tempo, pais e mães também apontam certas alterações nas relações entre eles e os filhos, como se nota em uma fala materna: “A vida da família mudou muito. Não a relação da mãe com a filha, mas do pai com a filha. Hoje tem maior abertura, o pai pode fazer carinho.” E na de um pai: “A família mudou muito. Na minha época, os pais eram mais sisudos, enérgicos de certa forma. Hoje não. Tem mais proximidade entre pai e filho.”

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As alterações no relacionamento conjugal e entre pai e filhos, por pequenas que sejam, permeiam o conjunto dos relatos e permitem aproximar essa situação daquela analisada por Giddens (1993), para quem a redução da desigualdade conjugal favorece maior igualdade na relação entre pai e filhos.

Para esses genitores, a paternidade ainda tem um de seus esteios no exemplo de trabalhador e de provedor financeiro da família, papéis para os quais eles foram preparados desde cedo. Sua afetividade se expressa preferencialmente nos esforços que fazem para orientar os filhos, sobretudo os do sexo masculino, para o mundo do trabalho, incentivando-os simultaneamente no processo de escolarização, para concluírem, pelo menos, o Ensino Médio, a fim de conquistarem empregos melhor remunerados e socialmente mais prestigiados do que eles próprios conseguiram. Assim, a orientação dos genitores volta-se para estimular os filhos do sexo masculino a suplantarem suas histórias ocupacionais e para irem além do que conseguiram através do trabalho.

No entanto, o exercício da paternagem favorece a construção de identidades de gênero diferentes para filhas e filhos, repondo orientações socializadoras que mantêm a distinção hierárquica de gênero, contribuindo, desse modo, para que as filhas – mesmo as que ingressam no mercado de trabalho – mantenham sua condição de cuidadoras dos filhos e do marido, e de responsáveis pelos afazeres domésticos.

Embora os genitores procurem aproximar-se afetivamente dos filhos e manter uma relação menos autoritária com eles e menos desequilibrada em função de suas identidades de gênero – o que, em parte, conseguem –, ainda assim as orientações normativas, presentes nos modelos de família monolítica e de homem de família, convivem ambigualmente com as tentativas de alterar as modalidades de relacionamento com a prole.

Malgrado essas tendências estarem presentes no conjunto dessas famílias, algumas considerações são necessárias. A primeira reporta-se ao fato de que os dados referem-se ao modo como a paternidade é vivida em um número reduzido de famílias pertencentes a um segmento das camadas médias. Assim, em famílias com outras condições sociais e com repertório cultural diferenciado, a vivência da paternidade pode manifestar-se de modo diverso. Em segundo lugar, é preciso ficar claro que o exame do material empírico privilegiou a relação do pai com filhos do sexo masculino, deixando de lado a discussão do relacionamento entre genitor e filhas. Finalmente, a análise dos dados indica certa alternância entre posturas inovadoras e tradicionais nas relações entre pai e filhos das famílias estudadas. Essa alternância mostra a emergência de algumas mudanças que, embora incipientes, parecem ser irreversíveis.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ARAGÃO, L. T. de. Em nome da mãe. In: DURHAM, E. R. et al. **Perspectivas Antropológicas da Mulher 3**. Rio de Janeiro: Zahar, 1983. p. 109-142.
- ARIÈS, P. **História Social da Criança e da Família**. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.
- BADINTER, E. **Um Amor Conquistado**: o mito do amor materno. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.
- BADINTER, E. **XY Sobre a Identidade Masculina**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1993.
- BILAC, E. D. Mãe certa, pai incerto: da construção social à normatização jurídica da paternidade e da filiação. In: SILVA, R. P.; AZEVEDO, J. C. de (Orgs.). **Direitos da Família**: uma abordagem interdisciplinar. São Paulo: LTR, 1999. p. 9-23.
- BOURDIEU, P. As contradições da herança. In: NOGUEIRA, M. A.; CATANI, A. (Orgs.). **Escritos de Educação**. Petrópolis: Vozes, 1999. p. 229-237.
- CHODOROW, N. Estrutura familiar e personalidade feminina. In: ROSALDO, M. Z.; LAMPHERE, L. (Orgs.). **A Mulher, a Cultura, a Sociedade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979. p. 65-94.
- COLLIER, R. **Masculinity, Law and the Family**. London: Routledge, 1995.
- DELANEY, C. The meaning of paternity and the virgin birth debate. **Man**, London, v. 21, n. 3, p. 494-513, sept. 1986.
- DURHAM, E. R. **A Caminho da Cidade**. São Paulo: Perspectiva, 1973.
- _____. Família e reprodução humana. In: _____. et al. **Perspectivas Antropológicas da Mulher 3**. Rio de Janeiro: Zahar, 1983. p. 13-44.
- ELIAS, N. **Mozart**. Sociologia de um gênio. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1995.
- ELIAS, N. The civilizing of parents. In: GOUDSBLOM, J.; MENNELL, S. **The Norbert Elias Reader**: a biographical selection. Oxford: Blackwell, 1998. p. 189-211.
- EVANS-PRITCHARD, E. E. Kinship and the local community among the Nuer. In: RADCLIFFE-BROWN, A. R.; FORDE, D. (Orgs.). **African Systems of Kinship and Marriage**. London: Oxford University, 1970. p. 360-391.
- FAUSTO NETO, A. M. Q. **Família Operária e Reprodução da Força de Trabalho**. Petrópolis: Vozes, 1982.
- FONSECA, C. Aliados e rivais na família: o conflito entre consangüíneos e afins em uma vila portoalegrense. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 2, n. 4, p. 88-104, jun. 1987.
- FONSECA, J. L. C. L. da. Paternidade adolescente: da investigação à intervenção. In: ARILHA, M.; RIDENTI, S. G. U.; MEDRADO, B. (Orgs.). **Homens e Masculinidade**: outras palavras. São Paulo: ECOS/Ed. 34, 1998. p. 185-214.
- FOX, R. **Kinship and Marriage**. Harmondsworth: Penguin Books, 1974.
- GIDDENS, A. **A Transformação da Intimidade**. São Paulo: Universidade Estadual Paulista, 1993.
- GILLIGAN, N. **Uma Voz Diferente**. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, s.d.
- GLUCKMAN, M. Kinship and marriage among the Lozi of Northern Rhodesia and the Zulu of Natal. In: RADCLIFFE-BROWN, A. R.; FORDE, D. (Orgs.). **African Systems of Kinship and Marriage**. London: Oxford University Press, 1970. p. 166-206.
- IBGE (FUNDAÇÃO INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA). Censo 2000. Resultados do universo, 2000.
- LAQUEUR, T. W. The facts of fatherhood. In: THORNE, B.; YALOM, M. (Orgs.). **Rethinking the Family**: some feminist questions. Boston: Northeastern University Press, 1992. p. 155-175.
- LASCH, C. **Refúgio em um Mundo Sem Coração**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.
- LEACH, E. Virgin birth. In: _____. **Genesis as Myth and Other Essays**. London: Jonathan Cape, 1971. p. 85-112.
- LÉVI-STRAUSS, C. A família. In: _____. **O Olhar Distanciado**. Lisboa: Edições 70, 1986. p. 69-98.
- MALINOWSKI, B. **Sex and Repression in Savage Society**. New York: Meridian Books, 1955.

- MALINOWSKI, B. **La Vie Sexuelle des Sauvages du Nord-ouest de la Mélanésie**. Paris: Payot, 1970.
- MUSZKAT, M. E. Violência de gênero e paternidade. In: ARILHA, M.; RIDENTI, S. G. U.; MEDRADO, B. (Orgs.). **Homens e Masculinidade**: outras palavras. São Paulo: ECOS/Ed. 34, 1998. P. 215-233.
- NOLASCO, S. **O Mito da Masculinidade**. Rio de Janeiro: Rocco, 1995.
- PARSEVAL, G. D. de. **A Parte do Pai**. Porto Alegre: L&PM, 1986.
- RADCLIFFE-BROWN, A. R. Introduction.. In: _____.; FORDE, D. (Orgs.). **African Systems of Kinship and Marriage**. London: Oxford University Press, 1970, p. 1-85.
- RAMIRES, V. R. **O Exercício da Paternidade**. Rio de Janeiro: Record/Rosa dos Tempos, 1997.
- SALEM, T. Conflito, poder e negociação na família: a questão geracional. **Dados**, Revista de Ciências Sociais, Rio de Janeiro, v. 2, n. 23, p. 185-200, 1980.
- SALEM, T. O casal igualitário: princípios e impasses. *Revista brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, v. 3, n. 9, p. 24-37, fev. 1989.
- SEADE – FUNDAÇÃO SISTEMA ESTADUAL DE ANÁLISE DE DADOS. **O Jovem na Grande São Paulo**. São Paulo: SEADE, 1988.
- SILVEIRA, P. **Exercício da Paternidade**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1998.
- SINGLY, F de. **Le Soi, le Couple et la Famille**. Paris: Nathan, 1996.
- SULLEROT, E. **Quels Pères? Quels Fils?** Paris: Fayard, 1992.
- THORNE, B. Feminism and the family: two decades of thought. In: _____.; YALOM, M. (Orgs.). **Rethinking the Family**: some feminist questions. Boston: Northwestern University Press, 1992.
- ZALUAR, A. **A Máquina e a Revolta**. São Paulo: Brasiliense, 1985.

ABSTRACT

Studies on parent-children relationships have shown the relevance of the mother in terms of child care and socialization, while the presence of the father in the performance of these tasks has been little discussed. In the present study, ethnographic data were used as reference to discuss the social construction of paternity and to investigate some aspects of the relations between fathers and sons in ten middle class families of Ribeirão Preto-SP. The data collected indicate the fathers and mothers as well as sons point out certain alterations in the relationship between sons and fathers. Among such alterations, a greater proximity of the fathers in relation to their offspring is observed, although they still remain as the source of authority at home and encourage the construction of different gender identities for sons and daughters.

KEYWORDS

Paternity; sons; middle class families; socialization; maternal care.

Recebido em: 10/09/2003

Aceito para publicação em: 16/01/2004

Endereço: geromane@ffclrp.usp.br

* Doutor Professor Assistente da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto/ Universidade de São Paulo - FFCLRP/USP.